

# ONGs vivem fenômeno "chapa-branca"

XICO SÁ  
da Reportagem Local

ABNOR GONDIM  
da Sucursal de Brasília

As ONGs brasileiras contrariam o sentido da sigla (organizações não-governamentais) e estão cada vez mais oficiais: recebem recursos e atuam em parceria com órgãos públicos.

O fenômeno "chapa-branca" das entidades se enquadra na classificação utilizada recentemente pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (um ex-militante de ONG), que as definiu como "neo-governamentais".

Nascidas no seio da oposição ao regime militar (1964-85), a maioria abandonou o perfil alternativo e contestador e faz parceria com o governo, ocupando assentos privilegiados em conselhos oficiais.

Com poder, as ONGs estão influenciando a aplicação de recursos públicos e externos no valor de R\$ 1,4 bilhão nos ministérios do Meio Ambiente e da Previdência Social e junto a bancos internacionais. Somente o Projeto Piloto de Proteção das Florestas Tropicais repassa R\$ 22 milhões a ONGs.

Vários países repassam dinheiro para as suas entidades, mas fiscalizam o uso dos recursos. O Brasil não tem controle rigoroso sobre seus gastos nessa área.

## Parcerias

Pesquisa por amostragem feita recentemente pela Abong (Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais) revelou que 70% das filiadas mantêm alguma parceria com órgãos públicos.

Com a redução da entrada de dinheiro de entidades estrangeiras para as nacionais, governo federal, Estados e municípios têm aumentado sua importância na vida financeira dos "ongueiros".

O Ibase, conhecido como a ONG do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, é uma mostra dessa situa-

ção. Há dois anos, a cooperação internacional representava cerca de 80% do orçamento da entidade.

Hoje, segundo informação de seu diretor-executivo, Cândido Grzybowski, o volume de auxílio do exterior caiu para cerca de 30%. A ONG teve um orçamento de US\$ 4,5 milhões em 1995.

O Ibase recebeu das estatais do governo federal cerca de R\$ 700 mil no ano passado.

A verba foi gasta em publicidade da campanha "Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria e pela Vida". A ONG de Betinho completa o orçamento com doações de particulares e venda de produtos e serviços, como pesquisas, por exemplo.

## Preocupação

As publicações da Abong, que é dirigida pelo sociólogo Sílvio Caccia Bava, têm revelado a preocupação dos próprios "ongueiros" e das fontes financiadoras estrangeiras com a "governalização" dos não-governamentais.

Em 1995, por exemplo, Bradford Smith, da Fundação Ford no Brasil, alertava para o risco de as ONGs perderem a autonomia à medida que cresce o bolo de recursos públicos em seus cofres.

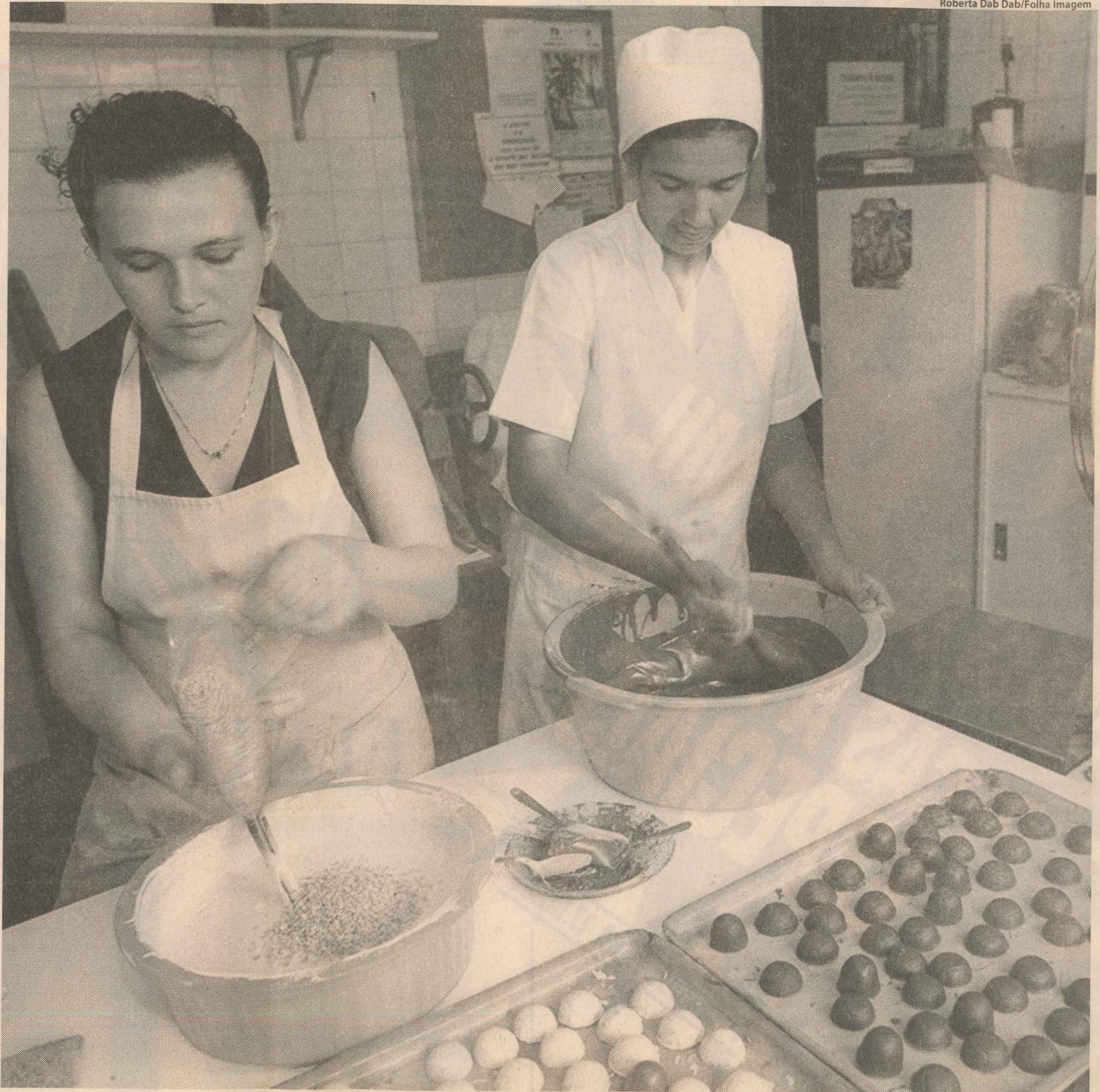
A Fundação Ford, dos EUA, é uma das principais fontes de recursos estrangeiros das entidades não-governamentais.

As agências norte-americanas destinam cerca de US\$ 30 milhões por ano para as ONGs brasileiras. Outros US\$ 130 milhões são repassados por entidades européias, segundo dados da Abong.

O Banco Central divulgou, em estudo feito há dois anos, que US\$ 400 milhões chegam ao Brasil todo ano para as não-governamentais.

Segundo Caccia Bava, existem muitas entidades "picaretas" que se fazem passar por ONGs apenas com a finalidade de obter benefícios oficiais. Além de receber verbas públicas, as entidades são isentas do Imposto de Renda.

## NA PERIFERIA



Roberta Dab Dab/Folha Imagem

Mulheres da Associação Comunitária Monte Azul (zona sul de São Paulo) preparam ovos de Páscoa na padaria mantida pela entidade

# BC não tem como controlar

da Sucursal de Brasília

O Banco Central não tem controle sobre a entrada de recursos externos por meio das ONGs. Para o BC, uma ONG é semelhante a uma pessoa física ou jurídica que recebe doações ou qualquer outro repasse em moeda estrangeira.

A operação de entrada fica registrada no Departamento de Câmbio, mas o destino da moeda, convertida em reais, não é acompanhado pelo BC depois de feita a troca nos bancos credenciados.

O BC tem a atribuição de somente identificar o comprador e o vendedor da moeda estrangeira, identificar o país receptor ou pagador e o tipo de operação.

Detectar irregularidades em operações de remessas estrangeiras — como destinar os valores pa-

ra outra finalidade que não a declarada — é atribuição da Receita Federal ou da PF (Polícia Federal).

É possível levantar o quanto recebem as ONGs a partir da lista dos seus respectivos CGCs. Mas esses números não serão liberados porque as operações estão protegidas pelo sigilo bancário.

Até 2 de abril deste ano entraram no Brasil US\$ 2,958 bilhões em doações, transferência de patrimônio, manutenção de residentes, contribuições a entidades de classe, herança, pagamento de serviços, empréstimos, financiamentos e outras operações.

Somente em janeiro, o ingresso de capital estrangeiro chegou a US\$ 2,249 bilhões. Em fevereiro, depois de medidas restritivas anunciadas pelo governo, o volume caiu para US\$ 950,9 milhões.

# Governo quer mudar legislação

da Sucursal de Brasília

O governo estuda mudanças na atual legislação que permite imunidade fiscal a 5.500 entidades filantrópicas, o tipo de ONG mais antigo do país.

A idéia é restringir os efeitos tributários da concessão do título de “utilidade pública federal” pelo Ministério da Justiça.

Como garante isenção automática de impostos, contribuições sociais e previdenciárias, o título de “utilidade pública” é sinônimo de prestígio para os políticos que conseguem obtê-lo junto ao Ministério da Justiça.

O título representa também viabilidade econômica para algumas escolas e hospitais que são geridos como empresas, lucram como empresas, mas se abrigam sob a classificação de filantrópicas.

## Golden Cross

A fundação Golden Cross, por exemplo, ganhou mais de uma batalha judicial, em várias instâncias, para manter o título e a imunidade fiscal de grande parte de suas atividades comerciais.

Somente em São Paulo há 462 hospitais e 429 escolas com títulos de “utilidade pública”. Pela lei, os beneficiados receberam o título porque praticam caridade, aten-

dendo a doentes e alunos carentes sem fins lucrativos.

Desde o início de 1995, cerca de 800 pedidos foram encaminhados ao Ministério da Justiça por parlamentares governistas para obter o título de “utilidade pública” para entidades apadrinhadas.

As ONGs tradicionais raramente obtêm as isenções.

## Projeto

Projeto encaminhado pelo ministério ao presidente Fernando Henrique Cardoso, para modificar decretos aprovados em 1961, prevê que o certificado de “utilidade pública” seja apenas um título honorífico, sem efeitos fiscais.

A proposta estabelece que a isenção fiscal e previdenciária só será concedida após análise dos ministérios da Previdência Social e da Fazenda e da Receita Federal.

O Ministério da Justiça aguarda parecer da Receita sobre o projeto para iniciar investigação sobre a situação das entidades.

Entre junho de 1995 e fevereiro de 1996, o ministério cassou o título de 418 entidades e notificou outras 1.200 para apresentarem a prestação de contas a que estão obrigadas por lei a cada três anos.

A investigação é para saber onde termina a filantropia e começa o negócio comercial.

# Favela é um exemplo de excelência

Transparência marca administração da Associação Comunitária Monte Azul, em SP

MARIO CESAR CARVALHO  
da Reportagem Local

A favela do Jardim Monte Azul tem mercearia, padaria, oficina de papel reciclado, ambulatório médico e um teatro com 150 lugares — tudo tocado pelos próprios moradores.

Encravada na zona sul, a região mais violenta da cidade de São Paulo, a favela conseguiu a proeza de não desvalorizar os imóveis ao seu redor.

Uma casa no Jardim Monte Azul costuma valer 30% a mais do que outra a três quilômetros adiante. Não há mágica.

A favela é uma das mais seguras da cidade, segundo a polícia,

porque ali funciona há 17 anos uma ONG modelo: a Associação Comunitária Monte Azul.

A associação dá creche e centros da juventude para 400 crianças e adolescentes de 1 mês a 18 anos. São sete creches, todas com 20 crianças no máximo.

Não é só pelo trabalho social que a entidade é considerada exemplar. “A administração da Monte Azul é excelente”, diz Luiz Carlos Merege, professor da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo que dá consultoria à ONG.

Excelente, aí, significa fazer relatórios mensais de prestação de contas, balanço anual, trabalhar com metas e ter equipe de captação de recursos — como se fosse

uma multinacional.

A sofisticação máxima está em curso. Está sendo criado um conselho de administração e todos os setores da ONG debatem suas metas para estabelecer um plano estratégico.

“ONG que não se profissionalizar não sobrevive”, diz Judas Tadeu de Souza, 34, coordenador social da Monte Azul. “Um dos segredos é explicar tintim por tintim para onde foi o dinheiro doado.”

Na Monte Azul isso é fácil. Uma folha dupla quadriculada informa que no mês de fevereiro a ONG fechou no positivo. Recebeu R\$ 93.178,60 e gastou R\$ 84.622,00.

É uma contabilidade detalhista. Sabe-se que foram gastos R\$ 180 na compra de sementes para a horta e R\$ 216,24 com xerox.

“Transparência de caixa é fundamental. Faz com que os doadores confiem no nosso trabalho”, diz a alemã Renate Keller Ignacio, 46, professora de educação artística na favela.

Os principais financiadores são a Prefeitura de São Paulo (R\$ 28 mil ao mês), Fundação Abrinq (R\$ 9.400), Associação dos Menores Carentes (R\$ 3.500) e Associação Beneficente Tobias.

De pessoas físicas, a organização recebe mais R\$ 12 mil todo mês — 80% dessas doações vêm da Alemanha.

# Nos EUA, entidade fiscaliza e orienta doação

de Washington

O Escritório para Melhores Negócios (“Better Business Bureau”), entidade mantida desde 1912 por 350 grandes empresas dos EUA, publica há 25 anos relatório anual sobre organizações não-governamentais e de caridade.

O objetivo é orientar o consumidor e as empresas sobre grupos que pedem contribuições financeiras ao público.

O serviço se chama “Philanthropic Advisory Service” (PAS) e publica livros, revistas e panfletos.

O PAS pretende “promover os padrões éticos na comunidade filantrópica, prestar informações ao público sobre as organizações que solicitam dinheiro e orientar o doador para contribuir de maneira sábia”.

## Investigação

O serviço não produz um “ranking” das melhores organizações nem ajuda o doador a selecionar quais ele vai beneficiar ou não.

Mas o PAS investiga o estado das finanças e o grau de confiabilidade de centenas de entidades e publica os resultados de seu trabalho.

Quando a organização se recusa a prestar informações, o fato é registrado na publicação.

O PAS também recebe e investi-

ga denúncias sobre entidades e depois divulga os resultados de sua investigação.

No seu “index” anual, o PAS mostra quantos funcionários cada entidade tem, quanto ganha o seu principal executivo, quanto ela fatura e como o dinheiro é gasto, entre outras informações.

Além disso, o PAS estabelece 23 padrões de comportamento das organizações não-governamentais para verificar se elas têm operações financeiras transparentes ao público, usam seus fundos de maneira responsável e fornecem informações corretas a seu respeito quando solicitam contribuições ao público.

## Escândalo

Depois, o serviço informa aos interessados se cada entidade age de acordo com os padrões por ele estabelecidos ou não.

O trabalho do PAS é feito pelas 138 divisões regionais do Escritório para Melhores Negócios, os quais são mantidos por empresas locais.

Apesar do seu trabalho diligente e respeitado, o PAS não conseguiu prever o maior escândalo já ocorrido no setor nos EUA, em 1991, quando a United Way, uma das principais organizações filantrópicas do país, se revelou um antro de

corrupção.

Segundo disse Bennet Weiner, vice-presidente do PAS, em entrevista à **Folha**, as declarações públicas sobre a situação financeira da United Way não indicavam problemas.

Weiner estima que cerca de um quarto das organizações investigadas pelo PAS demonstra pelo menos algum sinal de comportamento inadequado.

As entidades sem fins lucrativos nos Estados Unidos são responsáveis por 6% da economia do país e 9% do total de empregos.

O dinheiro gasto por elas supera o PNB (Produto Nacional Bruto) de todos os países do mundo, exceto os sete mais ricos (Japão, Alemanha, França, Inglaterra, Itália, Canadá e os próprios EUA).

## Contribuintes

Cerca de 94,2 milhões de norte-americanos adultos (51% da população) trabalham como voluntários nessas organizações (em torno de 1,4 milhão).

As contribuições a essas entidades superam os US\$ 500 bilhões anuais.

Cerca de 69 milhões de famílias nos EUA dão dinheiro a pelo menos uma dessas entidades. O PAS só acompanha o trabalho de organizações nacionais.

# ‘Ongueiros’ vão para gabinetes

da Sucursal de Brasília

A antropóloga Mary Helena Alegratti virou governo. Ela é um bom exemplo da migração das ONGs para os gabinetes oficiais.

Ex-presidente do extinto IEA (Instituto de Estudos Amazônicos), responsável pela projeção do líder seringueiro Chico Mendes, assassinado no Acre em 1988, Mary se tornou secretária do Meio Ambiente do Amapá.

“Hoje, muitos governos assumiram na prática os discursos das ONGs”, afirmou. Ela disse que vai montar no Amapá uma “ONG do Estado”, a Agência Estadual de Desenvolvimento Sustentado.

As ONGs deixaram de ter ligação apenas com a sociedade civil. Algumas delas existem para representar esferas de governo.

“A nossa ONG é governamental”, afirma Marlova Jovchelovitch, da CNM (Confederação Nacional dos Municípios), que reúne associações de municípios.

Ao lado de outras nove ONGs, ela preside o CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social), órgão do Ministério da Previdência Social que define prioridades para os recursos da área social — R\$ 731 milhões neste ano.